



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

Processo n.º 013/88

Data 02 / 02 / 1988

Nome: Vereador ELÍDIO JOSÉ CERVO

DISTRIBUIÇÃO

ENTRADA: 02.02.1988

PROTOCOLO: 02.02.1988

ENCAMINHADO À CUP:

10.02.1988

PARECER:

FAVORÁVEL

SESSÃO ORDINÁRIA:

06.06.1988

26.09.1988

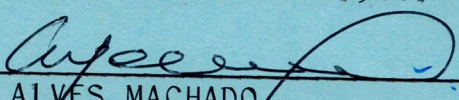
03.10.1988

21.11.1988

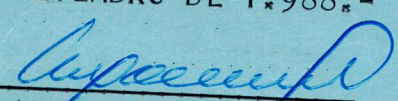
PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 002/88

CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E -
TERREITORIAL URBANO, AO PROPRIETÁRIO DE
UMA ÚNICA UNIDADE HABITACIONAL E DÁ OU
TRAS PROVIDÊNCIAS.-

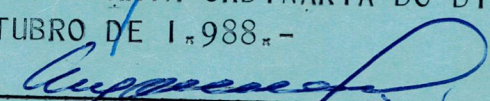
VISTAS AO VEREADOR ARISTIDES AGOSTINHO
ZAMBONATTO, SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA/
DO DIA 06 DE JUNHO DE 1.988.-

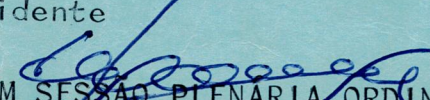

CELSON ALVES MACHADO
Presidente

VISTAS AO VEREADOR GUILHERME BARP
SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO DIA
26 DE SETEMBRO DE 1.988.-


CELSON ALVES MACHADO
Presidente

VISTAS AO VEREADOR WILSON JOSÉ TONIN
SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO DIA 03
DE OUTUBRO DE 1.988.-


CELSON ALVES MACHADO
Presidente


APROVADO EM SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 1.988.
CELSON ALVES MACHADO - Presidente

Fls. 01
[Handwritten signature]

J U S T I F I C A T I V A

Tal iniciativa se deve ao fato de que, há um sentimento generalizado, numa já formada consciência nacional, no sentido de que sejam fornecidas todas as condições possíveis, afim de que a população brasileira possa concretizar o sonho quase distante, mas sempre acalentado da construção da casa própria.

Embora este vereador, de há muito tenha tido e mantido, a preocupação para com aqueles que não possuindo casa própria, alimentem essa necessidade primária, quer seja através da busca pela implantação de loteamentos sociais e banco de materiais, quer seja pela descentralização da aplicação dos recursos do FGTS., também se preocupa agora com a possibilidade de ver isentos do IPTU e taxas, constantes na Lei, os proprietários de uma única unidade habitacional, na qual habitam.

Na certeza que os colegas vereadores, compartilharão da mesma aspiração e sentimento, encaminhamos à apreciação dos nobres paras o projeto de Lei em anexo.

P.Deferimento.

RA MUNICIPAL DE ERECHIM
ENTRADA

Protocolo	Data
013/88	02, 02, 1988

[Handwritten signature]
PRESIDENTE



Erechim, 6 de janeiro de 1988

[Handwritten signature]
Elídio José Cervo

Vereador - PDT
ENCAMINHE - SE A

COMISSÃO ÚNICA DE PARECERES

Em 10 / FEVEREIRO 1988

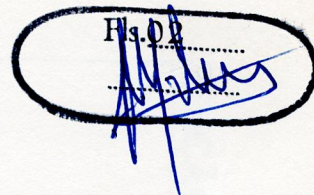


[Handwritten signature]
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Erechim



Exmo.Sr.

Presidente da Câmara
Municipal de Vereadores
Erechim - RS.

Projeto de Lei nº 002/88

Concede isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano ao ' proprietário de uma única unidade habitacional e dá outras providências.

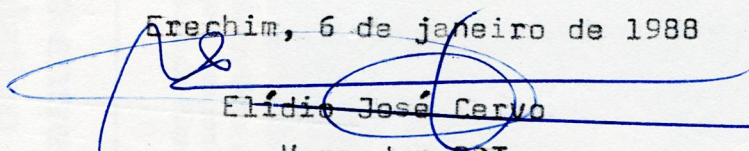
Art.1º ~ Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, o bem imóvel pertencente a pessoa que possua sobre o mesmo uma única unidade habitacional, desde que destinada ao uso exclusivo do proprietário.

Art.2º ~ Ficam isentos do pagamento das taxas de coleta de lixo e limpeza pública, os proprietários beneficiados pelo artigo anterior.

Art.3º ~ Para se beneficiar das isenções da presente Lei, os contribuintes deverão estar em dia com os tributos municipais.

Art.4º ~ Ficam revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Erechim, 6 de janeiro de 1988


Elídio José Carvo

Vereador-PDT

Impostos: IPTU teve repercussão nacional

Atendendo o contido em Projeto de Lei do Prefeito Benito Antonio Bruschi, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou Lei que isenta do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) os seguintes imóveis urbanos:

a) - proprietários de imóveis com casa para uso exclusivo de moradia de sua família.

b) - proprietário de lote urbano (um só) para construção futura da residência de sua família.

c) - chácaras do perímetro urbano exploradas pelo e onde o proprietário reside.

A medida teve um longo alcance social, pois cerca de seiscentas famílias Gauramenses foram atingidas pelo benefício. A grande maioria dos beneficiados são assalariados, já sobrecarregados com outros encargos como água, luz e principalmente o sustento de sua família. Quem possuir outros imóveis com casa (para aluguel, comércio, indústria ou afins), continuará pagando o

IPTU na base de meio por cento sobre o valor venal do imóvel.

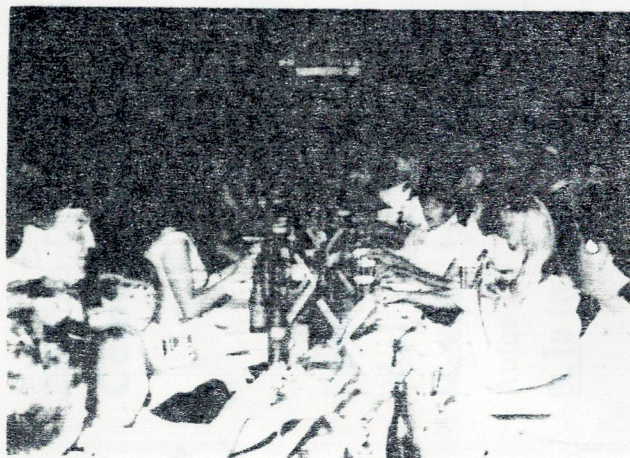
Em contrapartida, a taxa sobre terrenos baldios que não se enquadra em nenhuma das condições citadas, teve seu percentual elevado para até 4% do valor venal.

Esta posição do Prefeito Bruschi, alcançou repercussão Nacional por se tratar de um fato inusitado, justamente numa época em que o povo só houve falar em MAIS impostos.



Egidio Todeschini, Secretário de Administração e que responde também pela Secretaria de Finanças.

Funcionalismo em harmonia



O funcionalismo público municipal é fator imprescindível no andamento das atividades de uma administração. Nesse sentido, o prefeito Benito Antonio Bruschi se constitui no único prefeito de Gaurama, que está recolhendo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sobre os salários dos funcionários. Além disso o funcionalismo tem recebido em dia os seus salários, INPS, férias, 13º salário e o próprio FGTS. Numa prova de harmonia entre o funcionalismo, no final do último ano houve uma confraternização com seus familiares, proporcionando momentos de aprazível recordação.

O relacionamento entre executivo e legislativo é de alto nível

Nestes cinco anos de administração, o executivo sempre manteve as melhores relações possíveis com o Poder Legislativo de Gaurama. Na verdade, o sucesso de uma administração quando se lança efetivamente realizar o melhor em favor do município como um todo, é imprescindível um bom entendimento entre seus poderes para que ambos se complementem.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

Fls. 03

COMISSÃO ÚNICA DE PARECERES

Parecer n.º _____

Proc. n.º 013/88

Matéria : PROJETO DE LEI

Autor : LEGISLATIVO Nº 002/88

Vereador

ELÍDIO JOSÉ CERVO

EMENTA: CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOS
TO PREDIAL E TERREITORIAL URBANO-

AO PROPRIETÁRIO DE UMA ÚNICA --

UNIDADE HABITACIONAL, E DÁ OU -

TRAS PROVIDÊNCIAS.-

RELATOR: Ver. Luiz Antonio Tirello

PARECER: Favorável

Trata-se de projeto de lei de alto valor social comunitário, que beneficiará grande número de municípios do município de Erechim.

Sabemos que os cofres públicos estão muito bem financeiramente, pelo menos é o que dizem os administradores municipais, e não haveria falta alguma se for concedida a isenção do presente projeto de lei nº 02/88.

Apelamos para a sensibilidade do Sr. Prefeito que caso achar viável, deverá sancionar a lei e colocar em vigor imediatamente.

Salientamos que embora a iniciativa da lei deveria partir do poder Executivo, não afetará a promulgação do projeto de lei 002/88, desde que o Sr. Prefeito Municipal Jaime Luis Lago, entenda o aspecto moral e comunitário e acate decisão em caso de aprovação pelo poder legislativo municipal.

Sala das Comissões, 06 de abril de 1988.

Acompanham o parecer:

Ver. LUIZ ANTONIO TIRELLO

P M D B



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Erechim

Comissão Única de Pareceres

PROJETO DE LEI nº 02/88 Erechim, rs, 11 abr 1988

CONCEDE ISENÇÃO IPTU

PEDIDO DE VISTAS.

Vimos pela presente solicitar vistas ao Projeto de Lei acima, para podermos melhor estudar o assunto.

Atenciosamente

Ver Wilson Jose Tonin

Exmo Sr Vereador

Celso Alves Machado

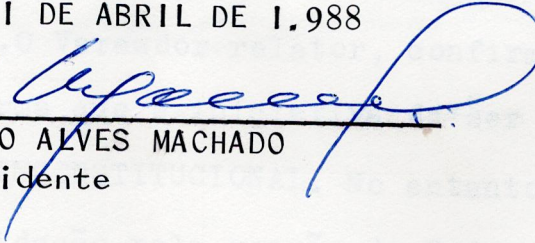
M.D. Presidente da CUP

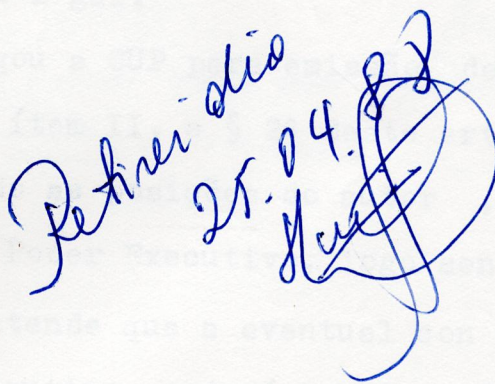
Nesta

DESPACHO PRESIDENTE DA CUP:

COMO REQUER,

EM 11 DE ABRIL DE 1.988


CELSON ALVES MACHADO
Presidente

Retirado
25.04.88




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

COMISSÃO ÚNICA DE PARECERES

PROJETO DE LEI DE PROCEDÊNCIA LEGISLATIVA nº 02/88

REF.: ISENÇÃO IPTU E TAXAS

EXAME DO VEREADOR WILSON

JOSÉ TONIN- MEMBRO CUP

SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES

Versa o presente projeto de Lei sobre a isenção de pagamento de IPTU e Taxas(limpeza pública e Coleta de lixo), de iniciativa do Legislativo(parte questionável e discutível). Não cita o autor o embasamento legal, apenas faz considerações pouco ilustrativas, ficando mais com a parte emocional que propriamente a legal.

A matéria chegou a CUP para emissão de parecer obrigatório(RI art. 63, item II, e § 2º deste artigo).O Vereador relator, confirmando as posições do autor , afirma que a iniciativa dev^eser do Poder Executivo, logo sendo INCONSTITUCIONAL. No entanto, entende que a eventual convalidação pela sanção do Poder Executivo, poderá ser lei válida. Em resumo o relator estabelece ser o projeto INCONS - TITUCIONAL(Vício de origem), podendo ser posteriormente , pela sanção, transformado em lei, eliminando-se o vício de origem.

O Relator cumpriu o rito previsto no art.63, item I, do RI, que também acompanhamos o voto do relator, que é pela inconstitucionalidade,ouvindo-se os de-

s e g u e . . .

95



02-

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

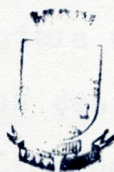
Continuação(Projeto de Lei 02/88)

os demais membros da CUP, seguindo-se as demais tramitações para apreciação final do Plenário.

Com referência a convalidação, segue em anexo as exposições deste Vereador.

Erechim, rs 10 de maio de 1988

Ver Wilson José Tonin



CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM
APROVADO PELA COMISSÃO

Reunião: 06/06/88

PRESIDENTE

Pelo Parecer: Insustentável (Anexo)

Reservo-me o direito de expor meu voto em plenário



01

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

PROJETO DE LEI 02/88

ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS (Limpesa e coleta de Lixo)

PROCEDÊNCIA LEGISLATIVA

O Vereador autor apresenta Projeto de Lei, com procedência legislativa, versando sobre a isenção de IPTU e Taxas de Coleta de Lixo e Limpesa Pública, para proprietário único de imóvel, com única unidade habitacional de seu uso exclusivo, não mencionando os beneficiários, se proprietários de mansões, se pessoas carentes e necessitadas, ou se possuir único imóvel em Erechim. Não faz distinção entre o rico e pobre. Não faz embasamento legal, ficando mais com a parte emocional que propriamente legal.

O autor e Relator da CUP, admitem a incôntitucionalidade por vício de origem legislativa, mas, invocam para a CONVALIDAÇÃO, através de sanção do Executivo, onde se apagaria a mancha do vício de origem.

ESTE É O RESUMO.

A matéria versada no Projeto de Lei, seja por dispor sobre assunto financeiro da Administração Municipal (leis da receita ou criadora de despesa, orçamento e contabilidade) ou seja porque diminua a receita (Art 145, item II da Lei Orgânica do Município), não resta qualquer dúvida (já confirmado pelo autor e relator), PADECE DO VÍCIO DE ORIGEM, por invasão à reserva posta à disposição do Poder Executivo.

Quanto à discussão subjacente de que esta USURPAÇÃO da iniciativa reservada ao Poder Executivo pode ser

s e g u e . . .



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim
PROJETO DE LEI 02/88- Convalidação - cont.

convalidada por uma possível sanção do Executivo, não há como dar-se amparo, por contrariar dispositivos superiores contidos na Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município. Jurisprudência atual abandona totalmente esta possibilidade da convalidação. Os "Doutos" sabem muito bem disto.

Se assim fosse regra a convalidação, teria o Exmo Sr Dr Leonel de Moura Brizola, então Governador do Estado do Rio de Janeiro, sancionado pequena emenda da Assmbléia Legislativa que aumentou a despesa pública do Poder Executivo ao apreciar Projeto de Lei, de procedência do Executivo, que versava sobre aumento aos funcionários públicos. O Ex-Governador, sabedor de sua obrigação e ciente da inexistência da convalidação, dentro da lei, somente dentro da lei, VETOU. Seus adversários, portadores de alta dose de DEMAGOGIA, com intuitos promocionais e eleitoreiros, visando semear expectativas e esperanças, quase fizeram do Ex-Governador, um crucificado. No entanto ficou firme em cumprir a lei e nada mais que a lei. Se houvesse a convalidação, teria sancionado, eis que não foi levantado a falta de recursos, ~~que~~ que existiam e mesmo porque é assunto secundário.

Se assim fosse regra a convalidação, teria o Exmo Sr Governador do Rio Grande do Sul, Dr Pedro Simom, sancionado projeto de lei, de origem da Assembléia Legislativa, que versava sobre o Seguro Agrícola. Teria sancionado o projeto de lei, também de procedência Legislativa, que versava sobre o aumento aos secretários Estaduais. Como não existe a convali -

s e g u e

15



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

PROJETO DE LEI 02/88 -Convalidação - cont.

dação, vetou os dois projeto de lei. Outros exemplos existem.

Não pode valer a tese da convalidação, eis que vício de origem, sempre será vício de origem

" Se se quizer, ou entender, que a Constituição, ou Lei Orgânica do Município(no âmbito político-administrativo) é a lei mais alta, suprema e inatacável por meios ordinários(Projeto de Lei, como exemplo), então o que for contra ela É N U L O (Nulo, não anulável) ".

Pretende-se levar ao Prefeito, para este vetar, aliás só tem um caminho para quem cumpre a lei, vetar. Neste caso, a própria Câmara Municipal pode e deve manifestar-se sobre o problema, evitando legislar no vazio, o que é, em última análise, desprestígio para o Poder Legislativo, que poderá criar expectativas e esperanças que não poderão chegar aos esparançosos contribuintes . Cada Vereador deve pensar, analisar, avaliar e julgar.

" SÓ É VÁLIDO SE VÁLIDOS SÃO TODOS OS ATOS E TRÂMITES QUE DEVEM CONCORRER PARA SUA FORMAÇÃO".

Senhores Vereadores

Esta é a análise constitucional do Projeto de Lei. Quanto à isenção do IPTU, se deve ser dada ou não dada, é preciso saber da conveniência social e se justa.

Concluimos não existir a convalidação, valendo as regras constitucionais.

Erechim, rs, 10 de maio de 1988

Wilson José Tonini Vereador.

10



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

Senhor Erechim, 13 de setembro de 1988.

Senhor Presidente.

Após examinar com bastante atenção o projeto de lei do ilustre colega Elídio Cervo, que particulariza casos de isenção de impostos municipais, devolvêmo-lo, sem emitir parecer e opinião sobre o mesmo, valendo-nos da prerrogativa de assim o fazer no Plenário da Casa.

Com toda a consideração,

Ver. Aristides Agostinho Zambonato

Ao

Senhor Vereador Celso Machado,
DD. Presidente da Câmara de
Vereadores

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM
ENTRADA

Protocolo	Data
078/88	13 / 09 / 1988


PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

Senhor Presidente:

Em vista disso, damos nova redação ao Projeto, mantendo-lhe, todavia, o espírito de seu conteúdo que o torna meritório e por isso. Por condescendência dos nobres pares, recebi vistas do Projeto de Lei Legislativo nº 002/88 para tentar melhorá-lo, modificá-lo em sua forma e clarear seu conteúdo, limitando-lhe seus efeitos.

De fato, não poderíamos consentir e aprovar a isenção pura e simples de toda e qualquer unidade habitacional única, porque ali estaríamos igualando a mansão de um magnata com a simples e singela residência de um trabalhador.

Era necessário um mecanismo que pudesse restringir os efeitos dessa Lei. E o mecanismo que nós encontramos foi o acréscimo do parágrafo único do artigo primeiro, pelo qual serão beneficiados somente os proprietários que percebam até 3 (três) pisos salariais mínimos, comprovados anualmente até o dia 31 de janeiro de cada ano.

Convém ressaltar porém, que na atual conjuntura jurídica do país, o presente projeto de lei, peca por vício de origem, mesmo que possa ser CONVALIDADO pelo Chefe do Poder Executivo.

Contudo, seu mérito é indiscutível, porque é humano e atende a um dos objetivos de uma administração pública, que é o SOCIAL. " TUDO PELO SOCIAL ... ".

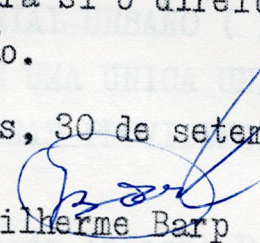
Devemos também alertar os nobres pares que a partir da PROMULGAÇÃO da nova CARTA MAGNA do país, o Poder Legislativo terá a prerrogativa de legislar em matéria financeira também.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

Em vista disso, damos nova redação ao Projeto, mantendo-lhe, todavia, o espírito de seu conteúdo que o torna meritório e por isso mesmo advoca para si o direito da aquiescência dos nobres pares para sua aprovação.

Erechim, Sala das Sessões, 30 de setembro de 1988


Guilherme Barp
Vereador

Exmo. Sr.

Bel. CELSO ALVES MACHADO
DD. Presidente da Câmara Municipal

EREXIM-RS.

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM
ENTRADA

Protocolo n.o 084/88	Data 30 09 88 / / 19
-------------------------	----------------------------


PRESIDENTE





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

PROJETO DE LEI Nº 002/88

CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E
TERRITORIAL URBANO (IPTU) AO PROPRIE-
TÁRIO DE UMA ÚNICA UNIDADE HABITACIONAL
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º . Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territo-
rial Urbano, o bem imóvel pertencente a pessoa que pos-
sua sobre o mesmo uma única unidade habitacional, desde
que destinada ao uso exclusivo do proprietário.

PARÁGRAFO ÚNICO: O proprietário para beneficiar-se da presente
Lei, terá que comprovar que percebe até 3 (três)
pisos salariais mínimos, até o dia 31 de janeiro
de cada ano.

Art. 2º . Ficam isentos do pagamento das taxas de coleta de lixo
e limpeza pública, os proprietários beneficiados pelo
artigo anterior e seu parágrafo único.

Art. 3º . Para se beneficiar das isenções da presente Lei, os
contribuintes deverão estar em dia com os tributos mu-
nicipais até a promulgação da presente Lei.

Art. 4º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º . Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Erechim, 30 de setembro de 1988



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

VISTAS Projeto de Lei 02/88- Isenção IPTU.

Vereador Wilson José Tonin.

Recebemos e examinamos o presente processo nº 013/88 referente ao Projeto de Lei 02/88 que trata da isenção de IPTU ao Proprietário de uma única unidade habitacional e dá outras providências.

Examinamos em especial a nova redação a - apresentada pelo Exmo Sr Vereador Guilherme Barpp.

Concluimos de tratar-se de matéria polêmica de várias interpretações, podendo causar, entre outros problemas, desequilíbrio tributário.

Assim que eleito novo prefeito Municipal e eleita a nova Câmara Municipal de Erechim, opinamos que a matéria seja tratada pelo novos governantes municipais, dando-se a este o arquivamento.

Submetemos a apreciação do Plenário

Erechim, rs, 21 de novembro de 1988

Ver Wilson Jose Tonin

Relator de Vistas.

Acompanham o parecer

João Placido



CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM
APROVADO PELA COMISSÃO
Reunião: 21 Novembro 88
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Erechim

VISTAS Projeto de Lei 02/88- Isenção IPTU.

Vereador Wilson José Tonin.

Recebemos e examinamos o presente processo nº 013/88 referente ao Projeto de Lei 02/88 que trata da isenção de IPTU ao Proprietário de uma única unidade habitacional e dá outras providências.

Examinamos em especial a nova redação a - apresentada pelo Exmo Sr Vereador Guilherme Barpp.

Concluimos de tratar-se de matéria polêmica de várias interpretações, podendo causar, entre outros problemas, desequilíbrio tributário.

Assim que eleito novo prefeito Municipal e eleita a nova Câmara Municipal de Erechim, opinamos que a matéria seja tratada pelo novos governantes municipais, dando-se a este o arquivamento.

Submetemos a apreciação do Plenário

Erechim, rs, 21 de novembro de 1988

Ver Wilson Jose Tonin

Relator de Vistas.

A Comprehensão e Power

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM
APROVADO PELA COMISSÃO

Reunião:

21 Novembro 1988

PRESEDIENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Erechim

Gabinete da Presidência

125/88 - CM

Erechim, Rs 22 de Novembro de 1.988

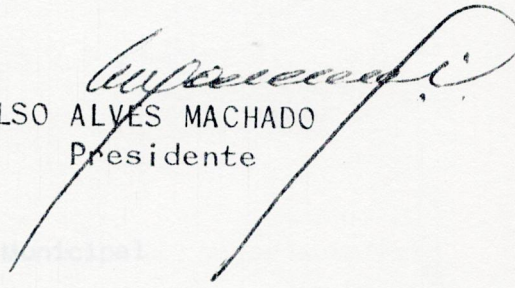
Senhor Prefeito:

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, vimos através do presente, levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que em data de 21 de novembro, reuniu-se Ordinariamente Esta Casa de Representação Popular, em cuja oportunidade tramitou na pauta dos trabalhos, em sua ORDEM DO DIA, PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº - 002/88 de autoria do nobre Vereador ELÍDIO JOSÉ CERVO, dispondo sobre a Isenção de IPTU, em nossa cidade, conforme cópia do processo/ em anexo, para os seus devidos fins.

Esta Presidência, comunica que o referido expediente foi APROVADO.

Sendo o que se oferece para a oportunidade, colhemos o ensejo para renovar os votos de estima e alto apreço.

Atenciosamente


CELSON ALVES MACHADO
Presidente

Exmo. Sr.
Bel. JAYME LUIZ LAGO
DD. Prefeito Municipal
N e s t a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

Gabinete do Executivo

Of. nº 55/88

Erechim, 28 de novembro de 1988.

Senhor Presidente

A razão deste é encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, para o conhecimento da Colenda Câmara Municipal, do VETO ao Projeto de Lei nº 002/88, que " Concede isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano ao proprietário de uma única unidade habitacional e dá outras providências."

Colhemos o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os nossos respeitos.

Atenciosamente

JAYME LUIZ LAGO, Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM
ENTRADA

Protocolo	28, 11, 1988
055/88	
PRESIDENTE	



Exmo. Sr.

Vereador CELSO ALVES MACHADO

DD. Presidente do Poder Legislativo Municipal

NESTA

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

APROVADO

Reunião: 28, NOVEMBRO, 88

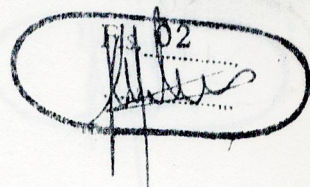
CELSONO ALVES MACHADO
Presidente





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

Gabinete do Executivo



V E T O

Com fundamento no artigo 96 da Lei Orgânica do Município, VETO o Projeto de Lei nº 002/89 que "CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO AO PROPRIETÁRIO DE UMA ÚNICA UNIDADE HABITACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RAZÕES DO VETO

Primeiro: POR SER INCONSTITUCIONAL

Segundo: POR SER CONTRÁRIO AO INTERESSE PÚBLICO.

Por ser Inconstitucional.

O referido Projeto de Lei atropela a Letra "b" do parágrafo primeiro do artigo 61 da Lei Suprema vigente.

Reza o referido Diploma Legal:

Art. 61

§ 1º "São de iniciativa privativa do Presidente da República as Leis que:

II disponham sobre:

b organização administrativa e judiciária,
matéria tributária e orçamentária... .. "

(o grifo é nosso).

A letra da Lei é claríssima. Matéria tributária é de competência do Poder Executivo, melhor dito a INICIATIVA sobre matéria tributária é de absoluta competência do Executivo.

Ora isenção de tributos é matéria tributária e como tal foge à competência do Egrégio Poder Legislativo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

Gabinete do Executivo



POR SER CONTRÁRIO AO INTERESSE PÚBLICO.

O Projeto de Lei, em lide, fere o Interesse Público, eis que quinhão igualmente aos desiguais.

A Lei deve proteger os menores, as viúvas, os velhos, os abandonados, os enfermos, os carentes. Porém para tu do há critérios de valores.

No que pese o alto espírito social do Eminente Autor da Matéria, ainda que não se possa negar os méritos humanitários do mesmo há que se considerar que matéria de tão relevante importância e repercussão mereceria melhor estudo.

O Projeto como foi apresentado inicialmente inicialmente é "data maxima venia" injusto eis que isentava de tributos os proprietários de um único imóvel. Ora, um fazendeiro no Mato Grosso, ou em Rondônia que tem só uma casa aqui estaria isento de imposto Predial e territorial urbano. A mesma coisa para um madeiro que tem suas propriedades no Paraná e mora aqui, constando só uma casa. Idem para o médico que aplica dinheiro no Mercado de capitais, mas tem só uma casa aqui. Então a Unidade habitacional seria tanto o Tugúrio do miserável quanto a Mansão do abastado.

Ainda bem que a nova redação dada pelo Nobre Senhor Vereador Guilherme Barp limitou as posses dos beneficiários da Lei. Porém mesmo assim, a matéria merece maiores estudos. Vejamos um cidadão tem uma só casa que recebeu de herança em um terreno de três mil metros quadrados. A legislação municipal deveria pressionar este Município a que pague mais impostos ou venda parte desta respeitável área. Pela legislação em questão ele estaria isento de tributação. Salta aos olhos que estaríamos patrocinando vilenta injustiça. Pois o mesmo não recebe do mais do que três pisos salariais mínimos, é no entanto abastado; E assim os casos se multiplicam.

O Projeto é de tão ampla generosidade que isenta da taxa de coleta de lixo. Ora, o mínimo que se pode pedir ao cidadão é que recolha o seu lixo ou pague para que o façam. O cidadão não recolher nem o seu próprio lixo e está protegido pelo Poder Público é ser vítima de absurdo PATERNALISMO.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

Gabinete do Executivo

Fls. 04
[Handwritten signature]

É de considerar-se, ainda, que a maioria esmagadora dos Municípios têm só uma casa. Raro são os que têm duas ou mais. Assim, também é de considerar-se que a maioria da população ganha até três pisos salariais, donde se conclui que uma MINORIA é que vai pagar impostos ao Município referente a sua casa e ao seu terreno urbano.

A medida pode ser simpática ao povo, porém não é a que mais serve ao Povo. Como se administrar sem recursos? É fácil, de um lado se requerer obras, recolhimento de lixo e de outra parte se requerer a isenção de tributos. É muito difícil o milagre na área financeira.

Sem dúvida o Legislador ouviu a voz do Coração. Porém ao administrador é necessário ouvir a voz do coração e os ditames da Razão. Conciliar as duas coisas é sabedoria.

A aprovação do projeto de lei em referência dificulta tremendamente a Administração Municipal e institucionaliza o PATERNALISMO que não é desejado por ninguém.

Além de tudo, além da injustiça para com o Município que é de todos nós, haveria para com os Municípios, pois como dizia o Sumo Pontífice de nossas letras jurídicas: "quinhoar igualmente aos desiguais ou desigualmente aos iguais é injustiça flagrante". Rui Barbosa.

Para que a posteridade não nos julgue omissos perante ela, é que VETAMOS TOTALMENTE o projeto de Lei em 11 de.

Erechim, 28 de novembro de 1988.

[Handwritten signature]
JAYME LUIZ LAGO, Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Erechim

Gabinete da Presidência

130/88 - CM

Erechim, Rs 02 de Dezembro de 1.988

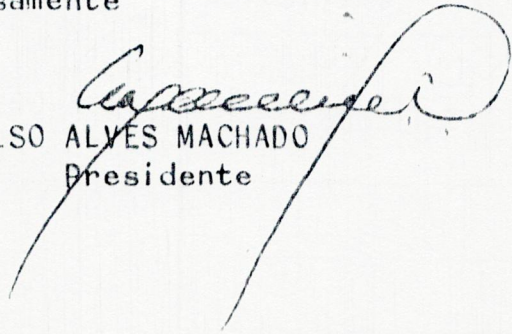
Senhor Prefeito:

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, vimos através do presente, levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que em data de 28 de novembro próximo passado, reuniu-se Ordinariamente Esta Casa Legislativa, em cuja oportunidade tramitou na pauta da ORDEM DO DIA, VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 002/88, de autoria do nobre Vereador ELÍDIO JOSÉ CERVO, dispondo sobre a Isenção do IPTU ao proprietário de uma única unidade habitacional, e dando outras providências.

Esta Presidência, comunica que após alguns debates, o VETO TOTAL foi acatado pelo Poder Legislativo, e anexamos o processo para os devidos fins.

Sendo o que se oferece para o momento, colhemos o ensejo para renovar os votos de estima e alto apreço.

Atenciosamente


CELSON ALVES MACHADO
Presidente

Exmo. Sr.
Bel. JAYME LUIZ LAGO
DD. Prefeito Municipal
N e s t a